

**1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 94.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 25 de Junho de 1971 - (Sexta-Feira)**

Presidência do sr. Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José Aguiinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsini, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Maurício Fruet, Muggiatti Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes, os srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Lopes Júnior, David Federmann, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Marciano Baraniuk (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**OFÍCIOS:**

— Sob o n. 43-71, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei ns.:

118-70: Do senhor deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Francisco Beltrão, um trator marca "Fiat", na forma que especifica, cadastrado no Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.194. — **Agradeça-se.**

258-69: Do senhor deputado Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Professor Sátilas do Amaral Camargo", um dos estabelecimentos educacionais do Estado, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.195. — **Agradeça-se.**

383-68: Do senhor deputado Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública a "Comuna Evangélica de Curitiba", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.196. — **Agradeça-se.**

— Do senhor Vátel Gonçalves Pereira, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encaminhando a esta Casa, relação contendo a votação dos candidatos eleitos no pleito de 15 de novembro do ano próximo passado, tendo em vista os resultados apurados em consequência do julgamento do recurso ex-officio n. 434, classe 2a., de Formosa do Oeste. — **Ao conhecimento da Casa.**

— Sob o n. 608-71, do senhor Lineo Emilio Klüppel, secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, encaminhando cópia do ofício que, no prazo no mesmo sentido dirigiu ao excelentíssimo senhor Ministro da Fazenda, doutor Antonio Delfin Neto, dando conta da importância para o Estado do Paraná, da antecipação da vigência do novo preço do café. — **Ao conhecimento da Casa.**

— Sob o n. 517-71, do senhor Antonio Adolfo Manta, presidente da Rede Ferroviária Federal S.A., prestando esclarecimentos a requerimento do senhor José Muggiati Filho. — **Ao conhecimento do senhor Deputado interessado.**

— Sob o n. 121-71, do senhor general Brenno Perneta, comunicando a esta Casa que, ao deixar a Presidência da Subcomissão Geral de Investigação no Paraná, juntamente com os demais membros, dr. Edgar Távora e dr. Antônio Soares Portugal, tendo em vista o pedido de exoneração, aceito pela Comissão em referência, manifesta os seus agradecimentos pela valiosa colaboração que esta Assembléia prestou àquele órgão, cedendo materiais e pessoal necessários às suas atividades. — **Ao conhecimento da Casa.**

— Sob o n. 467, do senhor Murilo Jayme Leon Peres, comunicando haver assumido as funções de Representante do Governo do Estado do Paraná, na Guarabara. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

— Sob o n. 2294, do senhor Achilles Amorim, secretário da Câmara Municipal de Recife, comunicando que aquela Câmara aprovou proposição de autoria do senhor Vereador Rubem Gamboa, no sentido de remeter cópia da Moção da União dos Vereadores do Brasil, aprovada na última reunião da citada entidade, na cidade de Recife. — **Ao conhecimento da Casa.**

— Sob o n. 705, do senhor Paulo Vieira de Camargo, presidente da Câmara Municipal de Maringá, atendendo requerimento do senhor Vereador Antenor Sanches, comunicando o seu inteiro apoio ao movimento levantado pelo deputado Antonio Belinati, a fim de se constituir Comissão Especial para, junto ao Governador do Estado, estudar meios de amparar as serventes escolares. — **Ao conhecimento da Casa e do senhor Deputado interessado.**

— Sob o n. 24-71, do senhor Pedro Daniel de Macedo, presidente da Câmara Municipal de Goioerê, comunicando que em sessão extraordinária realizada por aquela Câmara, resolveu o senhor Presidente da mesma, considerar o que dispõe o item III do artigo 8.º do Decreto Lei Federal n. 201, de 27 de fevereiro de 1967, declarando o cargo vago de vereador, do senhor José João Karoleski. — **Ao conhecimento da Casa.**

— Sob o n. 1-71, do senhor Bacilides André Faé, presidente da Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa que regerá os destinos daquele Legislativo Municipal, durante o biênio 71-72. — **Ao conhecimento da Casa— Agradeça-se.**

— Sob o n. 468-71, do senhor Antonio Julio Machado Lima, presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, comunicando a aprovação de requerimento de iniciativa do senhor Vereador Antonio C. do Nascimento Junior, no sentido de que os membros componentes dêste Poder, evidenciem seus esforços junto ao Presidente da Petrobrás, reivindicando a instalação da refinaria de Petróleo, naquela cidade. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Do senhor Orlando Ceccon, presidente da Sociedade Beneficente "Garibaldi", convidando a Presidência desta Casa, para a Sessão Solene em comemoração ao 88.º Aniversário de sua Fundação, bem como, a posse da sua nova Diretoria. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

— Da Sociedade Evangélica Beneficente, convidando a Presidência dêste Poder, para as comemorações alusivas ao 28.º Aniversário de sua Fundação. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

#### REQUERIMENTOS:

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve Requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja dirigido voto de louvor às atividades da Direção do Banco do Estado do Paraná S.A., a qual, em tão curto lapso de tempo, ciosa das altas responsabilidades que lhe foram cometidas, logo da instalação do atual Governo, soube dar provas inequívocas de probidade, zelo, dedicação e eficiência, consagrando-se ante a opinião pública paranaense.

Pede o signatário, por conseguinte, que o citado voto de louvor seja encaminhado através do Diretor-Superintendente do Banestado, sr. Celso Sa-boa, cuja tradição de bons serviços ao mesmo figura como marca de seu perfil de dirigente exemplar.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1.971.

(a) Paulo Poli

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, consignar voto de congratulação pelo transcurso do "Jubileu de Prata" da Empresa Cristo Rei Limitada, que tem prestado relevantes serviços à nossa coletividade.

Requer mais o envio de ofício no mesmo sentido à supra referida empresa.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1.971.

(a) Antônio Costa

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que êste subscrevem, no uso de suas atribuições, propõem à Mesa, com audiência do Plenário, que a Assembléia Legislativa do Paraná entre em recesso no mês de julho próximo vindouro, na forma facultada pelo art. 15 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1971.

(aa) — Paulo Poli, Santos Lima, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Sebastião Rodrigues Júnior, Gabriel Manoel, Xenofonte Villanueva, Antônio Maciel, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Acyr José, Basílio Zanusso, Álvaro Dias, Arizone Araújo, Muggiati Filho, Wilson Brandão, Arthur de Souza, João Fadel, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Armando Queiroz, Fabiano Braga Côrtes, Leopoldo Jacomel, Borsari Netto, Nelson Buffara, Antônio Costa, Erondy Silvério e Francisco Escorsin.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apêlo ao senhor governador Haroldo Leon Peres, no sentido de que, aquela autoridade providencie junto ao Secretário de Educação e Cultura, o pagamento dos vencimentos das zeladoras dos estabelecimentos de ensino, que se encontram atrasados há vários meses.

Estas funcionárias estão passando privações com semelhante atraso. Seus vencimentos, irrisórios, à base do salário mínimo, mal dá para seu sustento e com a demora do Estado em pagá-los, está tornando a situação insustentável, motivo pelo qual cremos na solução da medida, confiando no espírito humanitário de nosso Governador.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1971.

(a) — **Nivaldo Krüger**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja dirigido um voto de aplausos ao exmo. sr. Secretário de Segurança Pública pela ação destemida e vitoriosa dos policiais a serviço da Delegacia de Furtos e Roubos, afastando de nossa Capital as atividades criminosas de perigosos assaltantes e que tanto alarmaram nossa pacata população.

Solicita, outrossim, como manifestação de justiça, digne-se o titular daquela pasta mandar anotar na ficha de serviço daqueles elementos da lei, um voto de congratulações por mais este grande serviço prestado à sociedade curitibana.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1971.

(a) — **Paulo Poli**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apêlo ao senhor Lincoln Kluppel, digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda, no sentido de que aquela autoridade providencie o pagamento dos vencimentos dos Agentes e Fiscais contratados, daquela Pasta, que se encontram sem percebê-los há vários meses.

Por outro lado, solicita, também, aquela autoridade que encontre uma fórmula capaz de melhorar os salários destes funcionários, que por motivos óbvios, possuem outros encargos para sobreviverem.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1971.

(a) — **Álvaro Dias**

#### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 119-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. I — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o asfaltamento da via que liga Maringá Velho à rodovia Maringá-Campo Mourão, através de convênio entre o D.E.R. e o Executivo de Maringá.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1971.

(a) — **Wilson Brandão**

#### JUSTIFICATIVA

Maringá Velho é, inquestionavelmente, o coração do comércio cerealis-

ta do Município. Intenso é, por tal efeito, o tráfego pesado de caminhões que demandam a Paranavaí, acrescido daquele representante por ônibus cumprindo as mais variadas linhas. Deduz-se, daí, naturalmente, que a estrada que o liga à sede do município e que permite o aproveitamento da rodovia que desta última vai a Campo Mourão, a cada dia mais se apresenta carente de uma melhoria ditada por seu asfaltamento. O escoamento de cereais e que encontra seu curso através o aproveitamento ininterrupto de rodovias asfaltadas, é justa aspiração dos que, com seu trabalho gigante, estão construindo a grandeza daquela região, o progresso do Paraná e o fortalecimento econômico-financeiro da nação. Confia o signatário, pois, no atendimento da pretensão em tela.

#### PROJETO DE LEI N. 120-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. I — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o asfaltamento da estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à rodovia Maringá-Umuarama, Pr. 86 —, através de convênio a ser firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o Executivo Municipal de Dr. Camargo.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1971.

(a) — Wilson Brandão

#### JUSTIFICATIVA

A via que liga Dr. Camargo à Pr. 86, é a única que oferece acesso a esta última. Por isso mesmo, seu trânsito, diurno e noturno, é considerável, impondo-lhe sérias deficiências e que estão a exigir a mais rápida suspensão. Somente o asfaltamento resolverá o problema de há muito criado. Nos dias chuvosos, o tráfego torna-se praticamente impossível, daí decorrendo prejuízos muitos a interesses coletivos e pessoais.

É bem de ver-se, mesmo desprezando razões outras, que o município de Dr. Camargo sofre, ante tal quadro, prejuízos de toda sorte, e pelo que seu governo e povo muito confiam no atendimento desta reivindicação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no pequeno Expediente, sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A nossa presença nesta data, na tribuna, é para encaminhar à Mesa um requerimento que diz respeito a um aditamento a um requerimento protocolado sob n.º 7-71, que encaminhei a esta Casa em data de 31 de maio de 1971.

Diz o requerimento: (Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado, em aditamento ao seu requerimento de 31.05.71, protocolado sob o n.º 7-71, encaminhado em nome da bancada do MDB nesta Casa, por Delegação de seu ilustre líder deputado Nivaldo Krüger, deferindo na mesma data e tendo em vista —

1. que somente em data de 23.6.71, ou seja, na última quarta-feira, é que lhe foram entregues as certidões requeridas para fins judiciais, encontrando-se entre as mesmas, uma que não atendeu integralmente ao pedido, vindo com redação evidentemente forçada, qual seja a referente à letra “a”, do item I, do pre-falado requerimento. Esclarecendo melhor o que se pediu foi “certidão em que conste a hora do início da sessão extraordinária do dia 26.05.71 e a hora em que foi anunciada, no dia anterior, a respectiva Ordem do Dia”.

A certidão evitou esclarecer a hora em que foi anunciada na Ordem do Dia a Emenda Constitucional em projeto, limitando-se a dizer: "... os avulsos publicando a matéria referente à supra citada emenda constitucional, foram distribuídos durante a realização da sessão de vinte e cinco de maio, não sendo marcada a hora exata".

2. As notas taquigráficas registram a hora dos debates, marcando-as fielmente de cinco em cinco minutos, além de ser da lembrança de todos os presentes que a mencionada matéria foi anunciada na Ordem do Dia às 23,45 horas do dia 25.5.71, para ser discutida e votada em sessão marcada para às 20,00 horas do dia 26.5.71.

3. Por outro lado, de modo ambíguo, em suas informações ao Mandado de Segurança em curso pelo egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, houve por bem a Mesa de afirmar que o Deputado subscritor do presente participou da última sessão em que discutiu e votou a Redação Final da Emenda Constitucional n.º 3, tanto assim é que uma emenda manuscrita de sua autoria foi aprovada.

Não é verdade que tivessemos participado da referida sessão, como se pode também deduzir do texto ambíguo das aludidas informações e a emenda citada foi por nós referenciada na sessão do dia anterior, conforme consta dos Aíres da Casa ("Diário da Assembléia", n.º 297, pág. 2).

Ante o exposto, "data vênua", requer:

a) — certidão do horário constante das notas taquigráficas, referente ao momento em que foi anunciada a Ordem do Dia do Projeto 15-71, na sessão de 25.05.71;

b) — certidão de que o deputado Muggiati Filho, não participou da sessão do dia 29.05.71, da qual esteve ausente;

c) — fotocópia da emenda manuscrita (emenda de redação de autoria do mesmo Deputado).

Por se tratar de assunto urgente, pede que as certidões lhe sejam fornecidas no prazo de 72 horas, mediante o competente despacho da douta Mesa. Sala das Sessões, em 25 de junho de 1971.

(a) — Muggiati Filho".

Este, sr. Presidente, o requerimento que encaminhamos à Mesa e que dado o seu aspecto, principalmente de interesse de toda a Casa, de matéria que servirá para constituir prova em juízo, o fazemos desta tribuna. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedemos a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, deputado Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Comparecemos a esta tribuna apenas para justificar requerimento que encaminhamos no dia de hoje fazendo um apêlo a S. Exa., o sr. Secretário da Fazenda no sentido de regularizar a situação de fiscais contratados da Secretaria da Fazenda que, há vários meses, não recebem seus salários. Estão eles vivendo realmente um verdadeiro drama. Esses homens recebem um dos menores salários do país sem assistência, sem segurança, sem garantia alguma, uma vez que não possuem regularização funcional. A par da reivindicação justa de seus salários atrasados, apela para que se realize concurso para sua devida efetivação.

O apêlo que fazemos desta tribuna neste instante, o fazemos porque recebemos solicitação de um fiscal fazendário que nos escreveu relatando a sua difícil situação e a de seus companheiros que não recebem, segundo sua correspondência, desde o mês de janeiro.

O Governador, há dias, fez pronunciamento à imprensa dizendo que havia colocado em ordem a situação dos funcionários públicos de nosso Estado. E neste momento fazemos este apêlo porque, realmente, nem todos os funcionários públicos do Estado estão com sua situação regularizada.

Além dos fiscais, fazendários, apelam através da imprensa, pois vimos reportagem no jornal "Fôlha de Londrina", que apelam através de nosso Estado também estão a reclamar.

Professôres que lecionaram substituindo mestras efetivas, igualmente, não perceberam. O líder de nossa bancada, deputado Nivaldo Krüger, por coincidência, envia no dia de hoje apêlo ao sr. Governador solicitando providências para o pagamento de servertes.

Há servente em nosso Estado injustiçadas, que recebem salários que não correspondem a mais humilde das funções que seja, que não correspondem, de forma alguma, à condição de ser humano. Recebem verdadeira ninharia e ainda recebem com atraso.

Que o apêlo desta tribuna no dia de hoje sirva para sensibilizar nossas autoridades para que olhem com sentido humano, que olhem com sentido cristão, a esses funcionários humildes é verdade, de nosso Estado, mas que merecem todo o nosso respeito e toda a nossa atenção.

Temos certeza de que neste instante, se olhará para a condição humana destas servertes do Estado do Paraná e se procurará uma solução definitiva para a sua situação. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa anuncia com satisfação a presença deste Plenário do sr. Sebastião Felix da Silva, prefeito de Barbosa Ferraz.

Tem a palavra o nobre deputado Antonio Bellinati.

O SR. ANTONIO BELLINATI — Eu declino, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Fuad Nacli, inscrito.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna, no dia de hoje, para trazer ao conhecimento da Casa que, na data de ontem, entramos em contato com Brasília para tratar do pagamento solicitado por esta Casa, dos municípios que até a presente data, não receberam o seu fundo de participação.

Recebemos um telex do gal. Alípio Ayres de Carvalho, deputado federal pelo nosso Estado, comunicando que o processo de pagamento do fundo de participação, se encontra na Casa do Congresso. Sendo portanto de interesse daquele parlamentar, que se abranja também aos demais municípios, isto é, uma totalidade de 11, os municípios que também terão o direito nesta participação. Nos foi dada ciência também, de que está sendo enviado ao Congresso Nacional, uma mensagem, criando o Estatuto dos Municípios, e quanto à regulamentação daquele pagamento, teremos que nos esforçarmos no sentido de liberar esta verba dentro do prazo mais curto possível, verba que se encontra nesta pendência, desde o tempo da sua aprovação. E queremos também neste instante, agradecer a um nosso companheiro que, juntamente conosco, solicitou um telex, pedindo o pagamento urgente do Fundo Rodoviário. Este agradecimento, é para que conste dos Anais da Casa, o interesse havido por parte do sr. deputado Alípio Ayres de Carvalho, que tem se empenhado na colaboração deste pagamento, tão necessário à vida dos municípios.

Queremos dizer também que com surpresa nossa, geralmente, nós vemos alguns Deputados, que no interesse de criar problemas, tentam às vezes, até mesmo evitar a participação no Fundo, aos demais municípios que como disse, são numa totalidade de onze. Há vários municípios de nosso Estado que aguardam com ansiedade este pagamento, sem encontrar uma solução. E queremos dizer mais, se nós solicitamos uma Comissão para se dirigir a Brasília e ao Rio de Janeiro, não foi absolutamente, com a intenção de passear, ou com a intenção de viajar com o nosso carro, porque nós não esta-

mós viajando com as despesas pagas por esta Assembléia. Queremos levar ao conhecimento dos srs. Deputados que aqui estão, que nós vamos aguardar a presença daquele que procura impedir estas viagens, para dizer a ele, desta tribuna, que não estamos aqui para dizer uma coisa e lá embaixo, no terceiro andar, dizer outra.

Era o que queria dizer, sr. Presidente, levando este fato ao conhecimento da Casa, com os meus agradecimentos. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre deputado Erondy Silverio, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Eu, apesar de não seguir a linha política do atual governador do Estado do Paraná, Haroldo Leon Peres, reconheço em S. Exa. um homem de bem, sobretudo, honesto, que não admite atos de desonestidade em seu cargo. Porque quando ele foi líder de um Governo nesta Casa, ele deixou a liderança daquele mesmo Governo, por não concordar com atitudes do governador da época.

A sua atuação nesta Casa foi marcada, sobretudo, pelo coerência, pelo espírito público e pela honestidade. Não é justo que determinados órgãos de seu Governo, para serem agradáveis à pessoa do Governador, venham praticando atos que não condizem com a moral que deve imperar nos negócios administrativos.

Réfiro-me a dois acontecimentos que se verificaram, um na COPEL e outro na FUNDEPAR. A COPEL, há 15 ou 20 dias atrás, determinou a abertura de concorrência pública para a aquisição de veículos da linha Volkswagen. A firma que ganhou a concorrência não levou, por questões políticas. A FUNDEPAR esta semana, abriu outra concorrência pública, para a aquisição de veículos da linha Volkswagen. A firma que venceu a concorrência, por coincidência, a mesma que tinha vendido anteriormente, também não levou, por questões políticas.

Esta denúncia eu estou fazendo como uma advertência à Diretoria da COPEL e à Superintendência da FUNDEPAR. Advertência, porque não sei se os pedidos foram deferidos à firma que perdeu a concorrência. Não quero fazer acusações levianas neste Plenário. Mas, se eu verificar que a firma perdedora foi a que recebeu o pedido, vou fazer a denúncia ao sr. Governador do Estado, que eu tenho certeza, demitirá incontinentemente, a Diretoria daquelas autarquias, porque Haroldo Leon Peres, para mim, é um homem honesto. E, se providências não forem tomadas, comunicarei ao Comando da Região e ao Serviço Nacional de Informações, a irregularidade. Porque isto para mim é desonestidade. Quando se abre uma concorrência e uma firma é vencedora, a ela tem que ser deferido o pedido.

Fica aqui esta advertência que estou fazendo à Diretoria da COPEL e à Superintendência da FUNDEPAR. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Wilson Brandão.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Solicito, mais uma vez, que sejam retiradas dos Anais da Casa e das notas taquigráficas palavras que ontem proferimos, quais sejam "pilantras" e outras semelhantes, quando no debate com o deputado Antônio Belinati. O calor dos debates propiciou a que proferíssemos tais palavras, cortado, para que não fiquem nos Anais palavras deste quilate, que não foi nossa intenção, mas um impeto, solicitamos que sejam as mesmas retiradas.

Isto é normal no decorrer dos debates, quando um Deputado é atingido na sua dignidade, quando é chamado de "puxa-saco" do Governador.



Sr. Presidente, está nesta Casa, desde segunda-feira, Projeto de Lei do sr. governador Haroldo Leon Peres sobre a questão relatada pelo deputado Alvaro Dias. É interessante quando se dá conhecimento de uma matéria de interesse do Estado porque o importante é o Governo estar inteirado dos assuntos referentes ao Estado.

Conversamos há poucos dias demoradamente com o secretário Lineu Kluppel sobre a situação dos funcionários e do sistema de arrecadação do Estado e S. Exa. nos deu orientação sobre a sua meta administrativa, tendo proposto ao Governo do Estado Mensagem que já está nesta Casa. Divisamos aqui no Plenário, inclusive, membros do Departamento de Rendas Internas que coordenaram este programa e acredito que a missão do Governo está sendo atendida, o que se refere aos reclamos desta classe laboriosa, que são os funcionários da fiscalização.

Reconhecemos todos os problemas e não concordamos com o mínimo salarial do país e que estes funcionários não tenham a devida garantia. Acreditamos que o drama, nesta época em que estamos com o pé no chão e a cabeça no lugar, as providências já estão sendo tomadas pela Secretaria da Fazenda, com relação ao problema dos fiscais do Paraná.

E também em outros setores estão sendo tomadas providências, como na Secretaria de Saúde, onde já debatemos em seu Escritório de Planejamento e médicos de mais de vinte anos, enraizados na Secretaria, já levaram ao Governo as novas diretrizes administrativas daquela Secretaria para dar atendimento à saúde de nossa população.

Nós, que sempre percorremos as administrações, ontem conversamos com o sr. Wilson, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e ficou ele satisfeito com o pedido da Assembléia sobre paisagismo nas rodovias do Estado e a proibição de propagandas particulares nos limites das rodovias do Estado.

Assim é que se trabalha, verificando, percorrendo departamentos, conversando com as autoridades, sabendo de perto os anseios da administração e sabendo do povo o que podemos levar ao Governo e trazer à Assembléia a nossa mensagem.

Acreditamos que é neste aspecto que nos conduzimos dentro desta Casa, com seriedade. Razão pela qual pedimos à Mesa que retire dos Anais desta Casa o que se verificou, pois que foi um fato lamentável, porque quando se olha no terreno sujo, quando se olha por baixo, o Deputado tem que sair de seu padrão e jogar baixo.

E este foi um fato lamentável que ocorreu nesta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 302-68, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador Atílio Fontana. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 302-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senador Atílio Fontana.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7.6.71.

aa) — **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

**Maurício Fruet** — Relator

**Pinto Dias**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.o 30-71, que declara de Utilidade Pública, o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado em Londrina. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 30-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.o — É declarado de Utilidade Pública o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado em Londrina.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de Junho de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

**Maurício Fruet** — Relator

**Wilson Brandão**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.o 27-68, de autoria do dep. Ovídio Franzoni, que dá nova redação ao Art. 26, do Regimento Interno, mantendo o seu parágrafo único: — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 116-70, de autoria do dep. Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Toledo, uma motoniveladora, na forma que especifica, pertencente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 140-70, de autoria do dep. Abraão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a doar uma motoniveladora com as características que especifica, à Prefeitura Municipal de Astorga. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 268-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem no. 33-70, cria no Quadro Único de Pessoal da Penitenciária de Mulheres, os cargos em Comissão, na forma e como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.P. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 173-70, de autoria do dep. Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a doar, à Fundação Legião Brasileira de Assistência, dois lotes de terreno, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 151-70, de autoria do dep. Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Cambará. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N. 151-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.o — Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Cambará.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de julho de 1970.

a) Dep: Wilson Fortes

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços no setor de promoção humana na cidade de Cambará. Já mereceu ser declarada de utilidade pública pelo Município, em vista da atividade desenvolvida.

Anexamos para o exame mais acurado dos senhores deputados os estatutos, bem como a Ata da Assembléia Geral do S.O.S. para que os seus trabalhos igualmente mereçam o reconhecimento desta Casa, declarando o Serviço de Obras Sociais, como sendo de utilidade Pública.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 151-70.

AUTOR: Wilson Fortes

SÚMULA: Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Cambará.

#### P A R E C E R

A proposição tem por objeto declarar de utilidade Pública o S.O.S. de Cambará.

Trata-se, portanto, de transformar em lei aquilo que reconhecidamente constitui matéria de fato, i é, de declarar-se de Utilidade Pública aquilo que, como tal, já se acha consubstanciado em seus estatutos e nas suas atividades, sociais.

A proposição se acha devidamente instruída, não existindo obstáculo legal ou constitucional. Pela aprovação do Projeto.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente — Muggiati Filho — Relator

Emílio Carazzai, Arthur de Souza, Armando Queiroz, Igo Losso,  
Cândido M. de Oliveira e Sebastião R. Júnior

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 14-71, encaminhando Anteprojeto que dá nova redação ao artigo 9.º da Lei n.º 5.982, de 4 de agosto de 1969. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

##### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O artigo 9.º da Lei n.º 5.982, de 4 de agosto de 1969. Passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9.º — O Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa a proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos, até o dia 15 de setembro do ano imediatamente anterior ao fixado para o início de sua vigência.

Parágrafo Único — A Assembléia Legislativa apreciará os Orçamentos Plurianuais de Investimentos no prazo de sessenta (60) dias”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda

N.º 605-71

Curitiba, 21 de maio de 1971.

Senhor Governador:

Procurando um disciplinamento dos prazos estabelecidos para a apresentação de mensagem orçamentária ao Poder Legislativo, temos a honra de encaminhar à apreciação de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei que altera o Art. 9.º da Lei n.º 5.982, de 4 de agosto de 1969.

O que nos leva a tal proposição prende-se ao fato de que a Proposta Anual de Orçamento Geral do Estado é encaminhada até o dia 1.º de outubro de cada ano (Art. 35 da Constituição Estadual), sessenta (60) dias, portanto, depois do prazo fixado (1.º de agosto) para o Orçamento Plurianual de Investimentos (Art. 9.º da Lei n.º 5.982).

A elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos depende da proposta do Orçamento Anual do Estado e sendo assim, nas condições atuais verifica-se uma antecipação no tempo, de sessenta dias, o que implica, por sua vez, numa distorção na previsão da receita.

Excelentíssimo Senhor

Doutor Haroldo Leon Peres

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

Portanto, esta defasagem de tempo entre a apresentação das duas propostas não é tecnicamente salutar, haja visto, o exemplo federal, onde o Orçamento Anual é encaminhado ao Congresso, até o dia 1.º de setembro (Art. 66 da Constituição do Brasil), enquanto que o Orçamento Plurianual de Investimentos o será somente até o dia 15 do mesmo mês (Art. 1.º da Lei Complementar n.º 9, de 11 de dezembro de 1970), ou seja, 15 dias após.

Assim, visando conciliar o aspecto técnico com o de adequação à sistemática federal, é que propomos a Vossa Excelência, o encaminhamento da solicitação em pauta ao Poder Legislativo.

Renovamos a Vossa Excelência, na oportunidade, os protestos de distinto apreço e real consideração.

a) **Linco Emilio Klüppel**

Secretário da Fazenda

#### LEI N.º 5.982

Data — 4 de agosto de 1969.

SÚMULA: Dispõe sobre normas para a elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos.

Art. 9.º — O Poder Executivo enviará à Assembléia a proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos, até o dia 1.º de agosto do ano imediatamente anterior ao fixado para o início de sua vigência.

Parágrafo Único — A Assembléia Legislativa apreciará os Orçamentos Plurianuais de Investimentos no prazo de sessenta (60) dias.

Art. 10 — O Primeiro Orçamento Plurianual de Investimentos será excepcionalmente, encaminhado à Assembléia Legislativa juntamente com a Proposta do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1970 e abrangerá os anos de 1970, 1971 e 1972.

Parágrafo Único — Na elaboração legislativa do primeiro projeto de Orçamento Plurianual de Investimentos observar-se-á o seguinte:

a) o prazo para apreciação do projeto será de sessenta (60) dias;

b) o projeto será considerado aprovado se não houver deliberação nesse prazo.

Art. 11 — Em cada ano, será elaborado um Orçamento programa que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual;

Parágrafo Único — Na elaboração do orçamento programa serão considerados, além dos recursos consignados no Orçamento, os recursos extrabudgetários vinculados à execução do programa do Governo.

Art. 12 — Para ajustar o ritmo de execução do orçamento programa ao fluxo provável de recurso, a Secretaria da Fazenda elaborará a programação financeira de desembolso, de modo a assegurar a liberação automática dos recursos necessários à execução dos programas anuais de trabalho.

Art. 13 — Toda a atividade deverá ajustar-se à programação governamental do orçamento-programa e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso.

Art. 14 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 4 de agosto de 1969.

aa) Paulo Pimentel

Rubens Bailão Leite

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 101-71

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Dá nova redação ao art. 9.º, da Lei n.º 5.982, de 04 de agosto e 1969.

P A R E C E R

1. Oriundo de Mensagem Governamental 14-71, o presente plano de lei vem articulando e justificando no ofício que o acompanha, ajustando-se, desta forma, com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2. A medida é constitucional e legal, e, se faz necessária tendo em vista o que da Exposição de Motivos do Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda consta, a qual se encontra anexa à referida Mensagem.

Quanto a sua oportunidade, é indiscutível.

3. Nestas condições, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em de Junho de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente

Wilson Brandoá — Relator (na forma do Parágrafo único, do artigo 43, do Regimento Interno).

Emílio Carazzai

Sebastião Rodrigues Júnior

Odilon Reinhardt

Acyr José

Estado do Paraná

Gabinete do Governador

MENSAGEM N.º 14-71

Curitiba, 3 de junho de 1971.

Senhor Presidente:

D

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 9.º, da Lei n.º 5.982, de 4 de agosto de 1969.

A anexa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 605-71, de 21 de maio de 1971, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, esclarece, em maiores detalhes, a necessidade, oportunidade e interesse público na aprovação do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado  
Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do "Jubileu de Pórcata" da Empresa Cristo Rei. —  
**Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao sr. Secretário de Segurança Pública, pela ação destemida e vitoriosa dos policiais a serviço da Delegacia de Furtos e Roubos.

O SR. ALVARO DIAS — Peço a palavra, para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do mesmo para a sessão de segunda-feira.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de louvor às atividades da Direção do Banco do Estado do Paraná S/A. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviado apêlo ao sr. Governador do Estado no sentido de que aquela autoridade providencie junto ao Secretário de Educação e Cultura o pagamento dos vencimentos das zeladoras dos estabelecimentos de ensino.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Peço a palavra para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do mesmo para a sessão de segunda-feira.

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, lido por S. Exa., solicitando o fornecimento de certidões que especifica em aditamento a requerimento anterior. — **A Mesa encaminha à Comissão Executiva.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli e outros, constante do Expediente, solicitando à Mesa, com audiência do Plenário, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná entre em recesso no mês de julho próximo vindouro, na forma facultada pelo art. 15 da Constituição Estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, de sessão anterior, solicitando providências do sr. Secretário de Segurança Pública no sentido de que sejam observados os dispositivos legais no tocante à apreensão de armas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Secretário dos Negócios da Fazenda no sentido de que aquela autoridade providencie o pagamento dos vencimentos dos Agentes e Fiscais contratados. Em discussão.

ARMANDO QUEIROZ — Peço a palavra, para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 28, à Hor Regimental, com a seguinte:

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 255-69;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs.: 140-70, 173-70, 231-70, 268-70;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs.: 151-70, 101-71;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 163-70.

Comunico aos srs. Deputados que, na próxima segunda-feira, antes da sessão ordinária, haverá uma sessão extraordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 28-71.  
Levanta-se a sessão.